

# Mesmo com seus problemas, Brasília é viável

Recomendações do Simpósio serão encaminhadas por Aparecido aos constituintes eleitos dia 15



No último dia do Simpósio, ficou evidenciado que Brasília, ainda jovem, sofre dos males das grandes cidades

## Não há uma solução típica para a cidade

"Brasília só será viável se o Brasil for forte pois, enquanto capital, ela é parte de um contexto e reflete toda a problemática nacional. Não há uma solução típica para Brasília, isolada da realidade nacional", afirmou o coordenador do simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino, encerrado ontem no Itamarati, professor José Carlos de Figueiredo Ferraz.



Ferraz: sem solução típica

para tanto, os subsídios aqui colhidos são preciosos", acrescentou. Figueiredo Ferraz considerou urgente a necessidade de que sejam solucionadas as carências sociais do DF, particularmente habitação e emprego. Da mesma forma, reputou como indispensável conter a explosão

migratória através de medidas capazes de evitar que o homem abandone a terra em que vive, em busca de melhores condições. "Essa é a função precípua de toda estratégia".

— O que ficou provado aqui é que Brasília é uma cidade viável, inclusive a curto prazo. O importante é assumir uma atitude em relação ao problema. O Governo já assumiu esta atitude. Até então, a cidade era vista apenas do ponto de vista de uma capital administrativa. Agora não: é um ente urbano que começa a ser viabilizado pela participação de todos, com a presença governamental, com o voto, acrescentou.

Quanto à previsão pessimista de Brossard, ele declarou que "é uma espécie de raciocínio pelo absurdo, mas o ministro tem consciência de que Brasília é viável. A cidade tem a doença de uma metrópole, mas tem que se levar em conta que é ainda uma cidade-criança, apesar de ter doenças prematuras. Mas isso tudo é removível e irá acontecer".

## Comunidade pode ajudar governo

O ministro da Cultura, Celso Furtado que presidiu os trabalhos do último dia do Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino, no auditório do Itamarati, pediu a contribuição dos moradores do Plano Piloto para que o Governo consiga solucionar os problemas habitacionais do Distrito Federal criados a partir da situação que os favorece.

Segundo Furtado, a população do Plano Piloto é a mais rica do Brasil e um dado interessante divulgado por ele é o que "ela sozinha, paga mais impostos do que toda a população do Nordeste brasileiro". Por outro lado, continuou, os moradores da periferia estão relegados, pois não estavam no plano inicial da capital federal.

O resultado de toda esta disparidade, conforme demonstrou o ministro, é uma polarização entre os setores primários e secundários de trabalho, ou seja, existe uma concentração enorme de trabalhadores no funcionalismo público e outra, embora em quantidade menor, mas com números bastante significativos, no setor da indústria. O setor terciário, o da mão-de-obra da construção civil ainda não está organizado em Brasília, pois não tem incentivo para se estruturar.

"A distribuição de salários em Brasília é a maior do País, o que podemos atribuir ao perfil de distribuição de renda concentrado. Por isso peço a colaboração efetiva dos moradores do Plano Piloto, que são os mais beneficiados na cidade", salientou.

Apesar de pedir a contribuição da população residente nas Asas e Lagos Sul e Norte, o ministro Furtado não especificou de que maneira pretende usar os serviços dos habitantes. "Mas, para entender basta fazer uma análise e verificar que provavelmente os valores dos tributos serão reajustados tão logo o Governo decida pelo congelamento dos preços". A justificativa foi dada pela estudante Júlia Maria Sanches e Silva, 26 anos, da Universidade de São Paulo, que veio a Brasília exclusivamente para assistir ao Simpósio e conseguir subsídios para a elaboração de sua tese sobre Ocupação de espaço nas grandes regiões.



Furtado: Plano lidera impostos

## Superpopulação é uma falácia

O arquiteto Eduardo Kneese de Melo, 76 anos participante ativo do início da construção de Brasília e que veio de São Paulo especificamente para participar do Simpósio, criticou o posicionamento dos conferencistas que acusaram a capital de estar densamente povoada e que esta situação não foi prevista no plano original. "Muito pelo contrário, rebateu afirmando que todos estão cometendo um grande erro ao dizer que o número de habitantes do DF extravasou as previsões de Lúcio Costa".

Segundo o arquiteto, Lúcio Costa previu que no ano 2.000 a população do Plano Piloto chegaria aos 800 mil e hoje este número não alcançou sequer a metade. "O plano de interiorização previa o excedente na periferia da cidade, ocorre é que as autoridades não estão sabendo como resolver o problema".

A sugestão oferecida por Kneese é a criação de núcleos urbanos e rurais em volta de Brasília, onde a preferência seria dada aos candangos. "Se eu estivesse no Governo me esforçaria para construir a Candangolândia, como uma forma de homenagear os construtores da cidade. Quanto aos excedentes, estes devem ser acomodados porque estão aqui a nosso convite", esclareceu.

Brasília é viável, apesar dos graves problemas que acumulou ao longo dos seus 26 anos de existência. Mas para que alcance autonomia, desenvolvimento e melhore a qualidade de vida de sua população, é necessário um esforço conjunto que passe pela organização jurídico-formal do Distrito Federal; pela solução dos problemas sociais que se avolumam no Plano Piloto, cidadessatélites e região do Entorno e por medidas capazes de conter o fluxo migratório.

Esses são alguns pontos a serem abordados pela Carta de Brasília, resultante do Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, destino, encerrado ontem, a ser entregue pelo governador José Aparecido aos deputados e senadores constituintes eleitos pelo DF em 15 de novembro. Junto, ele entregará os anais do encontro, que mandará imprimir, com todos os debates, conferências e sugestões.

## POLEMICA

Além das conclusões, o outro destaque da sessão de encerramento ficou por conta da polémica provocada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, quando defendeu um modelo de segurança pública diferenciado para Brasília, uma capital que, apesar da curta idade, acumula todos os defeitos de qualquer metrópole. Para ele, ou Brasília se disciplina "ou teremos de fazer outra capital".

Disse também que Brasília, no aspecto da segurança pública — ele aproveitava o ensejo para fazer uma pregação da sua cruzada nacional contra a violência — igualou-se às cidades mais violentas do Brasil, inclusive no Plano Piloto. Para ilustrar seu raciocínio, lembrou o recente estupro da filha do deputado Luiz Guedes (PMDB-MG), na 204 Sul. Para o ministro estudos como esses, propiciados pelo seminário Brasília: Conceção, Realidade, Destino, deveriam ter sido realizados há 10 anos e estão ocorrendo "no momento derradeiro".

## VIOLÊNCIA DA FOME

A visão apocalíptica do ministro foi contestada pelos oradores seguintes e pelo próprio perfil das conclusões do encontro. O retico mais contundente às palavras de Paulo Brossard foi feito pelo reitor da UnB, Cristó-

vam Buarque, para quem a violência urbana não se limita ao aspecto abordado pelo ministro: "a violência de indivíduo contra indivíduo".

Há também, conforme destacou, a violência da sociedade contra o indivíduo e deste contra a sociedade. "Quer dizer: além da violência do estupro, há a violência da fome, da má distribuição de riquezas, do sistema penitenciário falido e tantas outras formas de agressão ao cidadão e ao seu direito à liberdade", completou.

Para Cristóvam Buarque, a forma mais cruel de violência no Brasil é a do sistema econômico perverso, que condena uma criança antes de nascer. "O problema de Brasília é de política e de modelo econômico escolhido para o País", disse, insistindo na tese de que a solução dos problemas de Brasília passa pela solução dos problemas nacionais. "É impossível conseguir tranquilidade social e liberdade, com a pobreza e a riqueza vivendo lado a lado. Elas são incompatíveis".

Da sessão de encerramento, aberta pelo ministro Paulo Brossard participaram também o secretário-geral do Ministério do Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente, Ivo Simar Moreira, que representou o ministro Deni Schwartz; o historiador Ernesto Silva; o bispo auxiliar de Brasília, Dom Raimundo Damasceno; o diretor-superintendente do CORREIO BRAZILIENSE, jornalista Edison Cid Varela; o recém-empossado secretário especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Paulo Nogueira Neto e secretários do GDF.

Ao final do discurso, o ministro Paulo Brossard — ele teve que sair para outros compromissos — declarou, em rápida entrevista, que a Polícia Federal, assim como todos os recursos da administração federal, estão à disposição do Tribunal Superior Eleitoral para qualquer eventualidade em função das eleições de 15 de novembro.

"O problema da campanha eleitoral fica sob a autoridade da Justiça Eleitoral, que vem cumprindo suas atribuições e certamente continuará cumprindo. Da parte do Poder Executivo, eu disse e repito: se houver alguma solicitação do TSE, ele tratará de atender, para assegurar que as eleições que se aproximam sejam limpas, sérias e livres", explicou.



Ao lado de Tuma, Brossard pediu um basta à violência

## Tutela já é coisa do passado

— Brasília não quer tutor. Ela já foi muito tutelada, afirmou ontem o governador José Aparecido ao atribuir os graves problemas sócio-econômicos e a falta de autonomia política da cidade aos 21 anos de governos autoritários que se revezaram no GDF desde que a capital do País tinha apenas quatro anos.

Conforme o Governador, o simpósio conseguiu exatamente — sem tutores — um questionamento, uma proposta e toda uma reflexão crítica sobre os 26 anos de existência da cidade. "Brasília não é hoje mais uma cidade nascendo. Ela já está concluída na sua cabeça e no seu corpo. Tem distorções acumuladas, mas tem sua cabeça de reflexão para modificar essa realidade", acrescentou.

Exemplificou que a UnB, ao longo dos últimos anos, formou sociólogos, cientistas políticos, arquitetos, economistas, advogados, médicos, etc. "E uma cidade que tem uma gente iniciada nos seus problemas e com toda a capacitação técnico-profissional para fazer uma avaliação completa de Brasília. A comunidade é quem tem que ser tutora, porque é protagonista do seu destino".

Ele se considerou particularmente gratificado com a missão de entregar aos constituintes a Carta de Brasília contendo sugestões e propostas para corrigir as deficiências da capital.

Representando o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Simar, o secretário-geral Ivo Simar

Moreira observou que Brasília não conseguiu escapar às mazelas do desenvolvimento verificado entre o crescimento acelerado da população e o insignificante desenvolvimento dos serviços básicos e da oferta da infraestrutura urbana.

Aqui, como em qualquer cidade, são flagrantes as dificuldades resultantes do crescimento populacional desmedido. Lembrou que metade da população tem menos de 20 anos e o setor governamental está saturado como fonte de emprego; no setor habitacional há mais de 100 mil famílias sem teto; o transporte coletivo é o mais caro do Brasil, além de desconfortável e o sistema de abastecimento d'água está em vias de saturação.

## "Arquitetura preservou a cidade"

Este foi o discurso do governador José Aparecido no simpósio.

"Ao encerrar-se o Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino, o Governo do Distrito Federal sente-se recompensado pelos esforços empreendidos. Vieram a este plenário os estudiosos e autoridades, que fizeram convergir para este auditório as atenções do Distrito Federal e do País. As contribuições das conferências e debates, os enfoques, ora concordantes, ora discordantes, e as reflexões aqui vazadas, pelas mais lúcidas inteligências dos nossos dias, definiram angústias e inquietações com os aconselhamentos e as diretrizes que deverão balizar a síntese desses trabalhos na Carta de Brasília. Nela, dentro de breves dias, estarão reunidas as opiniões e conceitos sobre as origens, o hoje e o amanhã da capital da República.

"O professor Expedito Quintas, que tem vitoriosa experiência da saga brasiliense, me observou hoje, depois das conferências de Miguel Reale e do ministro Celso Furtado, que o equilíbrio, a serenidade, o amor pela verdade, a competência profissional, a visão abrangente, o conhecimento de causa e a total isenção de ânimos constituiram os caminhos da inspirada avaliação crítica realizada nesta semana memorável neste auditório do Itamarati. A firme determinação em apontar soluções para corrigir erros e reverter situações, harmonizar ajustamentos sociais, políticos e econômicos, como ensinou na última sessão de trabalho o ministro Paulo Brossard, servirá para reorientar Brasília em sua destinação renovadora.

"O professor Figueiredo Ferraz, lembrando Nehru, falou do grande tormento dos nossos tempos, representado pela migração, que persiste e insiste na obra desestabilizadora das concepções básicas do Distrito Federal e da funcionalidade do Plano Piloto. Colocada no centro de um fluxo permanente de correntes migratórias, Brasília não terá condições de alterar sozinha a resultante final do processo de deterioração. Os dois parceiros decisivos — minis-

tros Ronaldo Costa Couto e Deni Schwartz — mostraram que ainda é tempo de salvar a cidade e o território federativo pela solidariedade e o dar de mãos de todas as correntes e da contribuição espontânea da inteligência nacional.

"Em suas iluminadas palavras, o reitor Cristóvam Buarque, que colocou em destaque, pela sua visão humanística, que neste ponto é que se concentra o objetivo maior deste simpósio. Os pensadores, os técnicos, os políticos e os grandes tratadistas que aqui depuseram, abriram espaços para pensar Brasília, salvar Brasília, manter Brasília e orientar Brasília. Como disse, as conceituações principais e os registros pertinentes serão reunidos em documento-base. Como governador cumprirei a grata missão de entregar a Carta de Brasília e os anais do encontro aqueles que forem eleitos em 15 de novembro para integrar a banca do Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte.

"A força criadora da cidade-síntese, a base de seu ordenamento urbano e o funcionamento da "urbs" ao longo dos últimos 26 anos, tiveram acréscimos distorcidos nos desamílios agravados por uma perversão social e econômica que a nossa sociedade assistiu contida. Este o preço do silêncio imposto por 21 anos de arbítrio a uma capital que, aos quatro anos de idade, passou a ser a sede do autoritarismo.

"Foram as próprias virtudes e os valores intrínsecos de sua concepção urbanística e de sua projeção arquitetônica que a preservaram íntegra ao longo dos ajustes que recebeu pela necessidade de atualização.

"O discurso político que deveria medir e avaliar o curso de seu crescimento emudeceu-se no tempo do céu escuro para as liberdades públicas. Ficaram sem voz as controvérsias que necessariamente deveriam incorporar e desenvolver as experiências comunitárias.

"Depois de um quarto de século de ansiosa espera, Brasília abre-se ao debate, na vivência de um apelo para ser preservada em sua essência de beleza e de vida.

"Faz-se oportuno relembrar as palavras do presidente José Sarney, ao inaugurar este Simpósio, ditas pelo ministro Deni Schwartz:

"Na ocupação do espaço, o homem precisa agir com grande antecedência, definindo seus objetivos e caminhos. Ao se pensar no futuro de Brasília, analisando seu passado e seu presente, está-se pensando no futuro do Brasil. Brasília é e continuará sendo um símbolo de novos caminhos, de novas esperanças. Sonho e realidade que se abrirão para todos os brasileiros, na cidade e no campo, no Norte e no Sul, num Brasil melhor".

"Daqui, sem dúvida alguma, brotarão sugestões e propostas amplas em sua diversidade e oportunas em sua atualidade. Elas se constituirão em pontos de tangência para as rotas seguras, em direção ao amanhã.

"O ordenamento jurídico, a sustentação econômica e a viabilização social deverão ser buscados nos meios e nos fins alcançados pela futura Constituição do Brasil e complementados pela legislação ordinária.

"Aqui conquistamos moderno lastro ao contencioso político que os representantes do povo houverem por bem acolher. E uma contribuição espontânea e legitimada pelo interesse em servir à causa democrática, na convivência de espiritualidade, de sensibilidade e de inequívocas dimensões cívicas, desde a sessão inaugural deste Simpósio.

"Por fim uma palavra especial. E para significar o nosso apreço, a nossa admiração e o nosso reconhecimento ao mestre Figueiredo Ferraz. Pela alta qualidade de sua formação como técnico e como político. Pela firmeza de suas convicções e pela inquestionável autoridade de que se investiu por força de sua longa dedicação aos problemas inerentes aos grandes aglomerados urbanos. De sua inteligência e de suas mãos brotaram a riqueza, a seriedade e a dimensão política do Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino."

## Reale quer satélite com prefeito

Transformar as cidades-satélites em circunscrições administrativas especiais, com um prefeito nomeado pelo governador e fiscalizado por um Conselho de Administração eleito. Esta é a sugestão do jurista Miguel Reale, exposta ontem em uma conferência sobre o tema A cidade e a Constituinte, no último dia do Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino.

O jurista defendeu ainda a real estruturação da Lei Orgânica Federal, a ser elaborada pelo Senado Federal, a qual, no tocante a Brasília, lhe daria a estrutura compatível com os objetivos determinadores de sua fundação. "A matéria tributária e orçamentária deveria ficar a cargo do Senado, porque no Distrito Federal não deve haver diferenças de impostos, mesmo porque os bens públicos são todos da União", justificou.

Segundo Miguel Reale, as cidades-satélites estão precisando de um ordenamento jurídico-político de caráter complementar, com a elaboração de um plano social e urbanístico que não seja uma repetição do Plano Piloto uma vez que as satélites têm diversas e peculiares diferentes circunstâncias. Acredita que se deve dar ao DF as vestes jurídicas de que carece, combinando-se sua destinação nacional com o desenvolvimento autônomo e ordenado

das populações de seu território, desde que sejam nos limites de modelos jurídicos-políticos originais.

"Se tivermos coragem para fundar Brasília, com formas arquitetônicas e urbanísticas revolucionárias, não nos faltará engenho e arte para conceber estruturas democráticas à altura de seu destino histórico, mas em correspondência e harmonia com a unidade fundamental do Distrito Federal", acrescentou.

O jurista ressaltou em seu discurso a discrepância nacional de Brasília, reconhecendo que a cidade tem curta de uma experiência paradoxal, uma vez que ao lado do planejamento máximo, que é o Plano Piloto, estão as satélites e uma área no mais completo abandono urbanístico, com carência total de planificação. "As cidades cresceram ao Deus dará, sem qualquer previsão salutar ordenadora".

Miguel Reale demonstrou ser contra as propostas para erigir as cidades-satélites em municípios por entender que seria um "princípio de simetria", o qual tem se insinuado "perversamente na estruturação político-administrativa do Brasil". Alegou que estas propostas demonstraram uma enorme falta de criatividade e que os legisladores devem prestar mais atenção em Brasília, que "tem uma especificidade fora do comum".

O jurista se disse contrário

também à conversão do Distrito Federal em Estado e justificou sua posição com duas razões um tanto conservadoras. A primeira é que, segundo ele, deve-se manter uma fidelidade ao plano do fundador, o presidente Juscelino Kubitschek, que não via em Brasília apenas uma cidade, mas uma solução nacional. "Qualquer configuração que se queira dar ao DF sem se levar em linha de conta a sua destinação nacional só nos poderá fazer recair em antigos erros, perturbando-se a alta missão do Governo Federal com questionamentos locais com as que mereceram a antiga Câmara Municipal da primeira República e também a restaurada pela Constituição de 1946".

A segunda explicação de Miguel Reale se refere à ocupação do espaço urbano com uma nova concepção da propriedade imobiliária, subordinada às exigências do Plano Piloto. "A ocupação deveria corresponder a novas formas de tributação, não se podendo esperar que o imposto de Circulação de Mercadorias possa representar uma fonte significativa de recursos, uma vez que a criação de um parque industrial em Brasília viria desnaturalizar a sua feição institucional".

A Integra do discurso de Miguel Reale está na página 6 do Caderno Eleições 86

## Crise urbana tem solução

A próxima Constituinte é o momento ideal para se resgatar o problema urbano, agravado com a industrialização na década de 50. A afirmação é do professor de Direito da UERJ, Ricardo Pereira Lira, que por isso acha natural o fato de nenhuma outra Constituição brasileira sequer citar a palavra "urbano" em seu texto. A verdade, porém, é que as metrópoles brasileiras explodiram, e na opinião de Ricardo a próxima Constituição deve dar poderes à União para determinar as diretrizes gerais e normas do direito urbanístico.

Ricardo considera fundamental que a nova Constituição preveja o direito de moradia, não como conteúdo meramente programático, mas de forma que numa disputa legal entre duas pessoas por um imóvel, o juiz possa declarar vencedor aquele que não tem onde morar. De uma certa forma, isto já é previsto pela lei do inquilinato, mas seu registro na Constituição seria uma forma de reforçar o direito.

## População deve participar

É preciso devolver aos brasileiros as rédeas de seu destino, mas a autonomia política do Distrito Federal não pode vir através da simples transformação de sua estrutura político-organizacional numa estrutura de estado ou de um grande município. A opinião é do professor de Direito da USP e representante paulista no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Alair Café Alves, um dos debatedores da conferência de Miguel Reale sobre A Cidade e a Constituinte.

— Brasília tem uma lógica própria, que tem que ser conhecida sob todos os aspectos para depois ser feita sua transposição para o nível institucional, e não o contrário. Não se pode impor a Brasília uma estrutura de estado, por exemplo, para depois ver o que acontece — disse Alair Alves.

## SENSIBILIDADE

O jurista vai ainda mais longe. Observa que não é só em relação ao Distrito Federal que deve haver respeito às peculiaridades locais, e comenta o absurdo que é ter a mesma legis-

lação para regiões metropolitanas tanto para São Paulo, região que abrange 38 municípios e é responsável por 40 por cento da produção bruta nacional, como para a região metropolitana de Belém, que possui somente dois municípios.

Alair discorda das colocações feitas por Miguel Reale de que a Constituição do Distrito Federal deveria ser redigida pelo Senado. Na sua opinião, não somente o Senado mas também a Câmara poderia estabelecer os parâmetros amplos de uma Lei Orgânica para o Distrito Federal, exatamente como acontece com as constituições estaduais, mas nunca legislar em lugar da comunidade de brasiliense. "Não me parece que o Senado, com representantes de todos os Estados, tenha sensibilidade para tratar dos problemas específicos do Distrito Federal", observa Alair.

O jurista comenta, ainda, que além da representação legislativa local é preciso também criar mecanismos para que haja participação efetiva da população, tanto na estruturação quanto na implementação dos programas governamentais.